



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

REGIMES DE VISIBILIDADE E GEOPOLÍTICA DO SAGRADO: a orla como dispositivo de publicização nas disputas umbandistas no Rio de Janeiro (1950-2026)

Marcelo Alonso Morais¹

alonsomarcelogeo@yahoo.com.br

Letícia Parente-Ribeiro²

leticiapr@igeo.ufrj.br

(X) Apresentação Oral (GT)

() Exposição de Banner

GT pretendido: GT 8: Geografia Política e Geopolítica Urbanas

RESUMO

O trabalho analisa a evolução das disputas pela ocupação das praias cariocas por grupos umbandistas, estabelecendo um arco temporal que conecta o “dualismo ritual” de meados do século XX às tensões contemporâneas de governança urbana. O objetivo central é investigar como a orla, compreendida como dispositivo de regulação de conflitos, atua na construção de identidades político-religiosas através da gestão da visibilidade. A metodologia articula a análise histórico-semiótica de periódicos (1950-1975) à etnografia multissituada e digital (2021-atual). Os resultados demonstram a transição de uma “visibilidade negociada”, baseada na classificação espacial dos usos e na tolerância tácita, para uma disputa de “hipervisibilidade política”. Enquanto as intervenções estatais na morfologia da orla, como a instalação de palcos e iluminação massiva, alteraram as condições de realização das práticas rituais, os grupos umbandistas buscam, na atualidade, estratégias de institucionalização de calendários oficiais e da disputa burocrática pelo direito à cidade. A orla revela-se, assim, como espaço público privilegiado para o exercício da cidadania religiosa na metrópole.

Palavras-chave: Umbanda; Espaços públicos; Regimes de visibilidade; Orla.

INTRODUÇÃO

O presente estudo situa-se na convergência entre a Geografia Política e a Geografia das Religiões para investigar a **orla marítima** do Rio de Janeiro — com foco nas praias oceânicas — enquanto dispositivo espacial de regulação da visibilidade pública de grupos religiosos. O estatuto “público” da orla é entendido aqui, conforme Gomes (2013; 2018), não apenas a partir de sua titularidade jurídica, mas por sua capacidade de funcionar como um dispositivo de exposição, uma “cena” onde a copresença de desconhecidos é mediada pelo olhar e pela regulação da atenção coletiva. Diferente dos espaços protegidos pela opacidade, a praia é o lugar onde a “apresentação pública” se constitui como um ato político de cidadania. É nesta arena

¹ Doutor em Geografia (UFRJ), professor do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado, Rio de Janeiro, RJ.

² Mestre em Geografia (UFRJ), professora do Departamento de Geografia (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)
[vcongeo2026.unir.br](https://www.facebook.com/vcongéo2026.unir.br)
www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

de exposição que grupos religiosos e outros atores sociais travam uma batalha simbólica, não apenas pela ocupação física, mas pela capacidade de legitimar suas ações e identidades perante a audiência da metrópole.

A Umbanda, religião brasileira forjada no sincretismo, possui uma “geografia sagrada” intrínseca que desafia a lógica funcionalista da cidade moderna. Estudos anteriores de Moraes (2010; 2015; 2025) demonstram que as práticas rituais umbandistas dependem da qualificação simbólica de elementos naturais e urbanos — encruzilhadas, rochas e, crucialmente, o mar (*Calunga Grande*)³ — como reservatórios de força vital (*axé*). No Rio de Janeiro, desde o final da década de 1940, a imprensa reporta a realização de rituais dedicados à Yemanjá às margens da Baía de Guanabara, em Niterói e São Gonçalo e nas praias da cidade durante as celebrações do Ano Novo. Até o final da década de 1970, essas práticas participaram ativamente da construção da identidade da metrópole carioca, projetando uma imagem de “modernidade tropical”.

Na atualidade, observa-se uma crescente articulação de grupos e lideranças de religiões afro-brasileiras no sentido de retomar esses espaços para fins ritualísticos. A criação, em julho de 2023, do “Fórum dos Presentes à Yemanjá” (FPY), acompanhada do lançamento de um “Calendário Unificado” de festividades dedicadas ao Orixá, constituem atos políticos de marcação territorial que procuram transformar a paisagem e reivindicar o direito à cidade. Todavia, tais estratégias enfrentam diversos antagonismos. A ascensão política e territorial de grupos neopentecostais, aliada a políticas de ordenamento urbano das praias — que privilegiam a espetacularização e o entretenimento de massa —, instituem novas assimetrias no acesso aos espaços públicos da cidade. Em particular, a instalação do “Palco Leme” dedicado à música gospel no Réveillon de 2024/2025 gerou intensos debates na esfera pública carioca e nacional sobre a laicidade do Estado e o uso de recursos públicos para proselitismo religioso em festas oficiais.

Nesse contexto, o objetivo central deste trabalho é investigar como a transição dos regimes de visibilidade (Gomes, 2013) na orla marítima do Rio de Janeiro alterou as estratégias de territorialização dos grupos umbandistas. Parte-se, portanto, da premissa de que o território constitui não apenas o substrato material da ação social, mas um “trunfo” político essencial nas lutas por reconhecimento e legitimidade, conforme estabelece Castro (2005) ao tratar o espaço como a arena onde os conflitos de interesses da sociedade se materializam e se institucionalizam.

O trabalho está organizado em quatro seções subsequentes. A seção de “metodologia” discute os principais conceitos que orientam a pesquisa e detalha a articulação entre a arqueologia hemerográfica e a etnografia digital como métodos de investigação. A “análise de resultados” apresenta as principais mudanças nos regimes de visibilidade entre 1950 e 2026, contrastando o dualismo ritual do passado com a

³ Nas cosmogonias afro-brasileiras, especialmente naquelas de matriz Bantu (como no Candomblé de Angola e na Umbanda), a *Calunga Grande* (ou *Kalunga*) refere-se ao mar e aos oceanos, entendidos como portais entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos (ancestrais).

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

institucionalização do conflito no presente. As "considerações finais" sintetizam os impactos dessas disputas na concepção de espaço público no Rio de Janeiro.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenhada a partir de uma abordagem qualitativa de natureza mista, articulando a arqueologia hemerográfica à etnografia multissituada e digital. A arquitetura metodológica adota o conceito de **regime de visibilidade**, formulado por Gomes (2013), como categoria analítica central. Entendido como uma construção espacial que articula a morfologia, a existência de um público observador e a produção de uma narrativa (Gomes, 2013), este conceito fundamenta a interpretação da orla como um **dispositivo espacial** (Parente-Ribeiro; Gomes, 2019). Tal dispositivo regula, mediante sua configuração física e as dinâmicas de copresença, a distribuição desigual da atenção pública, definindo aquilo que se expõe ao escrutínio coletivo e aquilo que permanece na obscuridade.

O percurso investigativo organiza-se em dois eixos temporais e procedimentais distintos, porém complementares. Para o primeiro recorte temporal (1950 a 1975), emprega-se o método histórico-semiótico desenvolvido por Mauad (2005) para a análise de séries fotográficas. O *corpus* documental compõe-se de reportagens visuais das revistas ilustradas *O Cruzeiro* e *Manchete* dedicadas à cobertura das celebrações da de Ano Novo, o *Réveillon*. A análise dissecar a mensagem fotográfica em seus planos de expressão e conteúdo, investigando a construção de uma "pedagogia do olhar" para seus leitores. Examina-se como o "espaço fotográfico" (enquadramentos, iluminação, ângulos) e o "espaço de vivência" (a performance ritual nas areias) eram agenciados para produzir representações dos rituais umbandistas realizados nas praias cariocas.

Para o segundo recorte (2021 aos dias atuais), a pesquisa adota a etnografia multissituada e digital. O trabalho de campo concentra-se na observação direta das práticas rituais e das intervenções estatais nas praias de Copacabana, Niterói e São Gonçalo, com ênfase nas festividades de fim de ano e no dia de Yemanjá. A lente analítica de Gomes (2013) orienta a observação da tríade que compõe o regime de visibilidade contemporâneo: a morfologia (instalação de palcos, sistemas de iluminação e barreiras físicas), o público (a gestão das multidões e a segmentação religiosa) e a narrativa (a disputa entre o discurso do patrimônio cultural e a estética do espetáculo gospel). A etnografia digital monitora a articulação política em redes sociais em torno do "Calendário Unificado", interpretando-a como uma estratégia de disputa pela legitimidade visual no espaço público.

A análise documental incide sobre decretos municipais e editais de fomento (como os referentes ao "Palco Gospel"), tratados aqui como instrumentos que institucionalizam a assimetria de poder no território. A interpretação dos dados busca evidenciar a transição de um regime de visibilidade baseado na penumbra e na tolerância tácita para um regime de hipervisibilidade política, onde a presença religiosa na orla depende da capacidade de ocupação da infraestrutura técnica e midiática. A

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

articulação entre a semiótica histórica de Mauad e a geografia da visibilidade de Gomes permite, assim, decifrar a orla como um laboratório geopolítico onde se definem as fronteiras do sagrado na metrópole.

ANÁLISE DE RESULTADOS

A investigação dos dados, estruturada pela categoria analítica de regimes de visibilidade (Gomes, 2013), evidencia uma mudança estrutural na forma como a orla carioca opera enquanto dispositivo de regulação socioespacial. A comparação entre os dois períodos sugere a transição de um modelo de segregação baseado na gestão da luminosidade e na distância física para um modelo de disputa institucional baseada na ocupação da infraestrutura e na produção de narrativas oficiais.

O dualismo ritual e a visibilidade negociada (1950–1975)

O exame das fotorreportagens sobre as festas de Réveillon publicadas nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* confirma a vigência, em meados do século XX, daquilo que Parente-Ribeiro e Góis (2025) denominam **Dualismo Ritual**. As imagens, representando, sobretudo, a orla de Copacabana, revelam uma segmentação espacial em dois planos distintos: o **espaço vertical**, constituído pelas varandas dos hotéis e edifícios da Avenida Atlântica, ocupado pelas elites; e o **espaço horizontal** das areias, transformado em terreiro a céu aberto pelos praticantes de Umbanda e Candomblé durante a noite do Ano Novo. A morfologia da orla desempenhava uma função determinante: a precariedade da iluminação pública na faixa de areia produzia uma zona de obscuridade que atuava como condição de possibilidade para o rito.

Essa escuridão, longe de representar um vazio, constituía um “véu de intimidade” (Parente-Ribeiro; Góis, 2025) que protegia o transe e a incorporação do escrutínio direto. O regime de visibilidade operava, portanto, sob a lógica da **visibilidade negociada**. A elite, posicionada no plano vertical, consumia a imagem dos ritos como um espetáculo visual exótico, mediado pela distância e pela penumbra. A “pedagogia do olhar” identificada nas reportagens reforçava essa separação: as fotografias capturavam a estética das velas e das roupas brancas, enquanto os textos circunscreviam a prática ao folclore ou, quando realizada à luz do dia, à “sujeira” e à desordem urbana. A orla, como dispositivo, regulava o conflito garantindo que a presença afro-religiosa fosse tolerada apenas enquanto permanecesse transiente e confinada à celebração do Ano Novo.

A partir do final da década de 1970, com a introdução de espetáculos pirotécnicos (queima de fogos) pelos hotéis da orla de Copacabana, posteriormente encampados pela própria Prefeitura, ocorre um deslocamento do “olhar” midiático do plano horizontal (mar/sagrado) para o vertical (céu/espetáculo). O processo atingiu seu ápice na década de 1990, com a introdução de megaestruturas para shows, torres de som e iluminação de alta potência para transmissão televisiva (“holofotes”). A lógica do “espetáculo de massa” e a densidade demográfica do “tapete humano” nas areias

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

de Copacabana “comprimiram” a praia e eliminaram a penumbra funcional e tornaram as práticas rituais afro-religiosas inviáveis na virada do ano, forçando um deslocamento espacial e temporal dos ritos.

Da obscuridade tática à hipervisibilidade política (2021 - atual)

No cenário contemporâneo, a pesquisa identifica uma estratégia de “hipervisibilidade política”, adotada pelos grupos afro-religiosos e que começa a ser gestada no contexto da pandemia de COVID-19. O movimento de retomada, iniciado em 2021, surgiu como uma necessidade endógena de reconexão comunitária e “cura” após o isolamento social. Entretanto, a posterior consolidação de infraestruturas estatais exclusivas para abrigar shows de música gospel — como o Palco Leme/Banco do Brasil, montado, pela primeira vez, para o Ano Novo 2024/2025 — funcionou como um catalisador político, expondo a assimetria do tratamento institucional e transformando a presença religiosa em disputa por equidade.

A análise dos documentos do “Fórum dos Presentes à Yemanjá” (FPY), lançado em julho de 2023, revela que a resposta estratégica migrou da tática de ocupação efêmera para a geopolítica do “interstício”. Diante da impossibilidade técnica de competição espacial na noite do Réveillon, o movimento desenhou o “Calendário Unificado Rio 2026”, estendendo as festividades de 25 de janeiro a 1º de março. Esta manobra apropria-se do intervalo temporal de alta temporada turística (entre o Ano Novo e o Carnaval) para garantir a sustentabilidade econômica dos eventos e legitimar a prática sob a rubrica do turismo étnico e do patrimônio imaterial (FPY, 2026).

Diferente do modelo evangélico, focado na concentração de massas em um palco centralizado, a estratégia do Fórum aposta na capilaridade territorial, articulando uma rede de 29 celebrações em 14 cidades fluminenses. Ao oficializar este calendário e acionar o apoio do Governo Federal (Ministério da Igualdade Racial), os movimentos umbandistas substituem a proteção da antiga penumbra perdida pela “luz” do reconhecimento estatal. As praias da cidade e do estado se tornam, assim, o *lócus* de disputas de narrativas, onde a visibilidade não é mais negociada pelo exotismo ou pela separação, mas pela produção ativa de políticas públicas que assegurem o direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória das práticas e estratégias de ocupação umbandistas na orla do Rio de Janeiro evidencia que a cidadania e a liberdade religiosa não são abstrações jurídicas, mas dependem de condições materiais e espaciais concretas. Analisadas sob esta ótica, as praias da cidade confirmam-se como fronteiras urbanas ativas, onde a sociedade experimenta e negocia suas tensões mais profundas.

Os resultados apontam que a passagem do modelo de “Dualismo Ritual” (1950-1975) para o atual modelo de conflito institucionalizado reflete a crise dos mecanismos tradicionais de regulação do espaço público. Se no passado a negociação se dava

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

vcongeo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

pela separação entre luz e sombra, hoje ela exige a gestão democrática da visibilidade. A infraestrutura urbana (luz, som, palcos) não é neutra; ela é política. O reconhecimento da legitimidade da geografia sagrada afro-brasileira exige que o planejamento urbano incorpore a dimensão imaterial do território, garantindo que o som do atabaque e a luz da vela tenham o mesmo direito de existência que os megapalcos de entretenimento.

A pesquisa conclui que a garantia de um espaço verdadeiramente público na orla depende da capacidade do Estado e da sociedade de sustentar a tensão entre o sagrado institucional e o popular, mantendo o espaço público como lócus político da cidadania, conforme nos ensina Gomes (2018), e não como um território de domínio homogeneizante. A visibilidade umbandista nas praias, longe de ser um resquício folclórico, é uma afirmação contemporânea de resistência na metrópole.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FÓRUM DOS PRESENTES À YEMANJÁ (FPY). **Release do Calendário Unificado dos Presentes à Yemanjá**. 2026.

GOMES, P. C. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GOMES, P. C. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, Niterói, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018.

MAUAD, A. M. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-174, 2005.

MORAIS, M. A. **Umbanda, territorialidade e Meio Ambiente: Representações socioespaciais e Sustentabilidades**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ, 2010.

MORAIS, M. A. Geografia e Religião: a espacialidade sagrada da Umbanda. Rio de Janeiro: **Dialogarts**, 2015.

MORAIS, M. A. Territórios de Axé e a Cidade: Geografia sagrada da Umbanda no Rio de Janeiro. **Revista de Geografia**, Recife, v. 37, n. 2, 2020a.

MORAIS, M. A. **Espaço, política e religião: a construção de espaços políticos por grupos umbandistas na cidade do Rio de Janeiro**. Curitiba: Appris, 2020b.

MORAIS, M. A. "Corporeidade e espaço: por uma Geografia das Emoções na construção identitária umbandista". In: VARGAS, G; MORAIS, M. (org.). **Geografia Cultural: Perspectivas e ensino**. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2025.

PARENTE-RIBEIRO, L.; GOMES, P. C. A orla de Copacabana: fronteira da balnearização no Rio de Janeiro no início do século XX. **Confins**, n. 39, 2019.

PARENTE-RIBEIRO, L.; GÓIS, M. P. Layers of the Urban Spectacle: Visibility and Public Access in Copacabana's New Year's Eve. Artigo apresentado no **Workshop da Beach Access Network**, agosto de 2025. *No prelo*.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongeo2026@unir.br
📱 @vcongeo2026
🌐 vcongeo2026.unir.br
🌐 www.even3.com.br/vcongeo-638599/